




LIDO, AUTUE-SE E INCLUA EM PAUTA
19 AGO 2025
1º Secretário

P R O T O C O L O	<div>Estado de Rondônia Assembleia Legislativa</div> <div>19 AGO 2025</div> <div>Protocolo: 1090/25</div>	PROJETO DE LEI	1008/25
	AUTOR: DEPUTADO DELEGADO LUCAS – PP		
<p>Dispõe sobre a possibilidade de conversão do pagamento de multas leves de trânsito em doação de sangue ao Hemocentro no âmbito do Estado de Rondônia, e dá outras providências.</p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:</p> <p>Art. 1º Fica autorizada a conversão do pagamento de multas por infrações leves de trânsito, impostas pela autoridade de trânsito do Estado de Rondônia, em doação voluntária de sangue ao Hemocentro, nos termos desta Lei.</p> <p>§ 1º O direito previsto neste artigo é facultativo e de livre escolha do condutor infrator, que poderá optar entre o pagamento pecuniário tradicional ou a doação de sangue.</p> <p>§ 2º A conversão aqui prevista aplica-se exclusivamente a multas de natureza leve, não excluindo a pontuação correspondente no prontuário do condutor, conforme disposto no Código de Trânsito Brasileiro.</p> <p>Art. 2º A autoridade de trânsito do Estado de Rondônia estabelecerá, por meio de regulamento próprio, as infrações passíveis de conversão e os critérios técnicos e administrativos para a efetivação do benefício.</p> <p>§ 1º Cada condutor poderá realizar até 3 (três) conversões por doação de sangue a cada ano civil.</p> <p>§ 2º A aplicação do benefício está condicionada à aptidão clínica do doador, conforme critérios definidos pelo Ministério da Saúde e a FHEMERON.</p> <p>Art. 3º O condutor interessado deverá apresentar, junto à autoridade de trânsito competente, o comprovante oficial de doação de sangue, emitido por unidade de coleta reconhecida, contendo obrigatoriamente:</p>			

P R O T O C O L O		PROJETO DE LEI	
	AUTOR: DEPUTADO DELEGADO LUCAS – PP		
<p>I - nome completo do doador e número do Cadastro de Pessoa Física (CPF);</p> <p>II - destino da doação;</p> <p>III - carimbo da unidade coletora;</p> <p>IV - assinatura e identificação do responsável técnico.</p> <p>Art. 4º As doações realizadas com base nesta Lei são pessoais e intransferíveis, não podendo ser utilizadas para quitação de multas de terceiros.</p> <p>Art. 5º O descumprimento de qualquer dos requisitos estabelecidos nesta Lei ou no regulamento específico acarretará a anulação do benefício, sendo o infrator obrigado ao pagamento integral da multa nos termos tradicionais da legislação vigente.</p> <p>Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, no que couber, para garantir sua plena aplicação e eficácia.</p> <p>Art. 7º Esta Lei será amplamente divulgada em campanhas informativas junto aos meios de comunicação e redes oficiais, incentivando a adesão da população à medida.</p> <p>Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.</p> <p>Art. 9º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.</p> <p>Plenário das Deliberações, 09 de junho de 2025.</p> <p> Delegado Lucas Deputado Estadual (PP)</p>			

P
R
O
T
O
C
O
L
O

PROJETO DE LEI

AUTOR: DEPUTADO DELEGADO LUCAS – PP

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Presidente,
Excelentíssimas Deputadas,
Excelentíssimos Deputados

O presente Projeto de Lei tem como escopo proporcionar ao condutor infrator a possibilidade de converter o pagamento de multas leves de trânsito em um ato de solidariedade humana: a doação de sangue.

A medida visa promover maior engajamento da população com as políticas públicas de saúde, ao mesmo tempo em que estimula uma cultura de responsabilidade e cidadania no trânsito.

A proposta é juridicamente constitucional e compatível com a legislação federal, uma vez que não exclui a penalidade prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), mas apenas oferece uma modalidade alternativa de cumprimento da sanção pecuniária, mediante autorização do Estado. Ressalte-se que a pontuação correspondente à infração permanece inalterada, respeitando-se, assim, o caráter educativo da penalidade.

A competência para legislar sobre trânsito é concorrente entre União, Estados e Municípios (art. 24, inciso XII, da Constituição Federal), cabendo aos entes federativos suplementar a legislação federal no que couber às suas especificidades. Além disso, o incentivo à doação de sangue está plenamente alinhado ao interesse público e à proteção da saúde, conforme previsto nos artigos 6º e 196 da Carta Magna.

Trata-se, portanto, de uma proposta inovadora, que une responsabilidade social, solidariedade e respeito à legislação de trânsito.

Tal medida, **de caráter facultativo ao condutor**, visa promover não apenas uma alternativa educativa e solidária à penalidade pecuniária, como também incentivar a prática da doação voluntária de sangue, de suma importância para a manutenção da saúde pública e para o salvamento de vidas.

O déficit nos bancos de sangue é uma realidade recorrente em todo o país, especialmente em períodos críticos, como feriados prolongados ou pandemias. Os Hemocentros desempenham papel

P
R
O
T
O
C
O
L
O

PROJETO DE LEI

AUTOR: DEPUTADO DELEGADO LUCAS – PP

essencial na rede de saúde, contudo, a baixa adesão de doadores compromete a regularidade e a segurança dos estoques, muitas vezes colocando em risco inúmeros pacientes que dependem dessas transfusões para tratamentos, cirurgias e situações de emergência.

A iniciativa contempla uma série de salvaguardas, como o limite máximo de três conversões por ano por condutor, a obrigatoriedade de comprovação da doação com dados identificadores, e a vedação de transferências do benefício para terceiros. Ademais, como já dito, a medida não elimina os pontos atribuídos à CNH, preservando, assim, o caráter educativo da penalidade.

Trata-se, portanto, de um projeto de evidente relevância social, que une responsabilidade cívica à solidariedade, sem comprometer a eficácia do sistema de trânsito, e ainda reforça o papel do Estado na promoção da cidadania e da cultura da doação.

Por todo o exposto, solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para aprovação desta proposição, que certamente trará benefícios à sociedade rondoniense, fortalecendo as políticas públicas de saúde e contribuindo para salvar vidas.